



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Esperidião Amin

REQUERIMENTO Nº DE - CRE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o posicionamento do Brasil perante as negociações do Tratado Global de Combate à Poluição Por Plásticos.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor ADALBERTO MALUF, Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente;
- o Senhor SEVERINO LIMA JÚNIOR, Presidente da Aliança Internacional de Catadores de Materiais Recicláveis;
- o Senhor PAULO TEIXEIRA, Diretor da Associação Brasileira da Indústria do Plástico ABIPLAST;
- o Senhor ÍTALO BRAGA DE CASTRO, Professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP);
- a Senhora LARA IWANICKI, Representante da Oceana;
- o Senhor EMANUEL MARTINS, Presidente da Associação Brasileira de Biopolímeros Compostáveis e Compostagem (ABICOM);
- o Senhor ANSELMO FREITAS, Presidente do Conselho de Administração da Cristalcopo S/A e representante legal do Sindicato das Indústrias Plásticas do Sul de Santa Catarina (SINPLASC).



JUSTIFICAÇÃO

A poluição por plásticos tornou-se uma das maiores ameaças para o oceano, para nossa saúde e para nossa economia. Globalmente, quinze milhões de toneladas de plástico entram nos oceanos todos os anos – o equivalente a quase dois caminhões de lixo sendo despejados por minuto. O Brasil tem a sua parcela de responsabilidade, contribuindo anualmente com pelo menos 325 mil toneladas de resíduos plásticos, levados ao mar a partir de fontes terrestres.

Em março de 2022, a Assembleia da ONU para o meio ambiente (INEA-5) aprovou uma resolução pelo fim da poluição plástica no mundo. Ratificado por 175 países, incluindo o Brasil, o documento estabeleceu os caminhos para a construção de um acordo internacional juridicamente vinculante a ser debatido, formatado e aprovado até 2024. Para avançar a proposta, a Resolução estabeleceu um Comitê Intergovernamental de Negociação (INC, na sigla em inglês) com o indicativo de que o início de sua operação se daria ainda em 2022. O PNUMA foi designado como o órgão responsável por promover fóruns de discussões, assegurar que isso seguirá sintonizado com as melhores práticas internacionais e organizar as conferências diplomáticas para o debate e aprovação da proposta.

Diante da importância e complexidade dessa discussão e da tradição que nosso país tem no campo diplomático, em questões fundamentais ao bem-estar comum, a presente audiência pública busca entender os desdobramentos das negociações iniciadas em novembro de 2022 e como o posicionamento do Brasil pode estar alinhado com necessários avanços econômicos, sociais e ambientais. Acreditamos que os aspectos supracitados serão bem representados pela participação dos convidados sugeridos, sem prejuízo de outras indicações dos membros desta comissão.



Na oportunidade, solicito o apoio das senhoras senadoras e senhores senadores para aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 3 de julho de 2024.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)

